

ÍNDICE

RESUMO.....	2
INTRODUÇÃO	3
1. A QUESTÃO AMBIENTAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	4
1.1. O MOMENTO ATUAL DO CAPITALISMO E A QUESTÃO AMBIENTAL	4
1.2. AS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS E A CRÍTICA AO MODELO VIGENTE..	6
1.3. CRÍTICA À VISÃO MERCANTILISTA COM RELAÇÃO À NATUREZA.....	7
2. A RELAÇÃO HOMEM/NATUREZA.....	8
2.1. CRÍTICA AO PREDOMÍNIO DA VISÃO OCIDENTAL NA RELAÇÃO DO HOMEM COM A NATUREZA	8
2.2. A PROXIMIDADE ENTRE DIVERSIDADE CULTURAL E DIVERSIDADE BIOLÓGICA.....	9
2.3. O OLHAR PARA A NATUREZA A PARTIR DAS CONFERÊNCIAS MUNDIAIS ...	10
3. A BUSCA POR UM NOVO PARADIGMA: RACIONALIDADE ECONÔMICA X RACIONALIDADE AMBIENTAL.....	11
3.1. O RISCO DA APROPRIAÇÃO DO DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE PELO SISTEMA CAPITALISTA.....	13
4. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO UM NOVO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
BIBLIOGRAFIA	18

A QUESTÃO AMBIENTAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Maria Lidia Bueno Fernandes – Universidade de São Paulo – USP -- Rua Prof. Lineu Prestes,
338, São Paulo – CEP 05508-900 - lidia_f@uol.com.br

Dra. Magda Adelaide Lombardo, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” -
UNESP/Rio Claro - lombardo@rc.unesp.br

Resumo

O estudo das relações ambientais na atualidade nos obriga a reinserir a discussão sobre a relação homem/natureza e o papel que a visão ocidental do mundo e o advento do capitalismo trouxeram para essa relação.

O modelo vigente consolidou a visão ocidental sobre a natureza e submeteu os diversos povos do globo terrestre a essa visão, cuja marca é a racionalidade e a busca do progresso técnico.

A discussão sobre o momento atual do capitalismo e o momento político e econômico mundial é fundamental para uma análise das perspectivas para se atingir o desenvolvimetro sustentável, que engloba redução da pobreza, das desigualdades sociais, promoção de justiça, respeito à alteridade, acesso à educação e saúde para todos, direito à condições de vida digna, manutenção da cultura, símbolos e valores dos diversos povos do planeta, segurança ambiental, democratização das esferas de tomadas de decisão, entre outras coisas.

Introdução

O presente trabalho tem como eixo norteador a pesquisa bibliográfica sobre o conceito de paisagem e a reconstrução do caminho traçado pela sociedade ocidental, na construção do conceito de natureza.

Nesse contexto, buscamos trazer a discussão sobre o conceito de natureza e a observar com mais cautela a relação Cultura e Ambiente, ou melhor, Cultura e Natureza.

Alguns autores, como Augustin Berque, nos trazem a dimensão da paisagem enquanto herança, experiência. Já Ab' Saber, nos brinda com a seguinte reflexão:

“...Na verdade, é uma herança em todo o sentido da expressão. Herança de processos geológicos e fisiográficos. Herança de uma longa história vegetacional, traduzida em biodiversidades regionais. É, ainda, um legado paisagístico de importante presença e referência. E, por fim, patrimônio coletivo dos povos que historicamente herdaram esse território de atuação e suporte de sobrevivência das comunidades. Um patrimônio comum de toda a sociedade, cujo usufruto deve reverter direta ou indiretamente para seus cidadãos, num quadro dinâmico em que todos os homens esclarecidos da nação têm de pensar nas gerações do presente e no legado patrimonial permanente e auto-sustentável para as gerações futuras....” (Ab'Saber 1977, 5).

Essa citação e a conceituação elaborada por Berque, nos remeteram à discussão da relação homem/natureza, a partir do desequilíbrio gerado a partir da revolução tecnocientífica, nos séculos XVI e XVII, período ligado ao desenvolvimento do capitalismo e à ocidentalização em praticamente todo o planeta.

A visão cartesiana, proposta pela ciência, reproduz e reforça a dicotomia ocidental e capitalista entre homem e a natureza.

A crise ecológica, ligada ao armamentismo, à poluição, aos riscos concretos frente ao aquecimento global, entre outros, remete a uma crescente preocupação com a manutenção do sistema capitalista e com a manutenção da própria vida no planeta.

A própria natureza tem colocado obstáculos à pretensão de crescimento ininterrupto e ao ideal de progresso¹, ancorado na lógica de exploração à exaustão de recursos que se concebiam como infinitos e inesgotáveis.

A década de 70 do século passado marca o despertar da consciência ecológica em nível planetário, e as grandes Conferências Internacionais, tornam-se um loco privilegiado para que se aglutinem novas forças em torno de novas concepções da relação cultura/natureza. É nesse contexto que se pode falar de uma conclamação a uma racionalidade ambiental, a uma nova ética, a uma mudança de paradigma.

Assim, assistimos a partir da Conferência Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano no Rio de Janeiro em 1992 ao surgimento do conceito de “Desenvolvimento Sustentável”, que permeia toda a discussão sobre a relação dos seres humanos com a natureza, no contexto de uma nova ética e de uma importante mudança de paradigma. Esse trabalho pretende sintetizar essa discussão e apresentar a proposta de uma ética que se pretende socialmente justa e ambientalmente sustentável.

1. A questão ambiental na Sociedade Contemporânea

1.1. O momento atual do capitalismo e a questão ambiental

O estudo das relações ambientais na atualidade nos obriga a reinserir a discussão sobre a relação homem/natureza e o papel que a visão ocidental do mundo e o advento do capitalismo trouxeram para essa relação.

Vivemos em um momento político e econômico no qual o capitalismo impera como um sistema hegemônico e nos aponta o caminho, como única opção de desenvolvimento. O mundo passou por enormes transformações a partir da derrocada da URSS, simbolizando o fim do socialismo real. Os EUA assumem o papel de potência solitária, exercendo grande poder em nível mundial. Esse contexto reafirma o poder das grandes corporações internacionais, que no dizer de muitos autores, passam a ter mais poder do que muitos Estados-Nação.

¹ A idéia de progresso aqui, entendida enquanto produção sempre maior e em grande escala.

O modelo vigente consolidou a visão ocidental sobre a natureza e submeteu muitos povos a essa visão. A racionalidade impera e o papel do progresso técnico é o de dominar essa mesma natureza.

A sociedade contemporânea atrela a manutenção do atual “status quo” a manutenção do próprio capitalismo. Vivemos em uma sociedade que necessita de um mercado em crescente expansão, ancorado, porém, numa base material que é fixa. A visão que prevalece é a de uma natureza que passa de base material para reprodução da vida a mera mercadoria. Prevalece a concepção do ser humano como soberano frente à natureza, esse domínio, que parece incontestável sobre a natureza é alcançado e mantido graças ao desenvolvimento tecnológico.

O capitalismo para se reproduzir e necessita de um crescente aumento da produção e, portanto, do consumo. Essa é a lógica que prevalece: a de um mercado em crescente expansão, no qual produzir cada vez mais e com custo mais baixo, passa a ser uma exigência do próprio sistema. As grandes corporações manipulam o desejo, criam necessidades e nos impõem certos padrões e modelos, não mais para assegurar a satisfação das necessidades cotidianas do ser humano, mas sim para garantir o lucro. Nesse sentido, o consumo passa a ser algo divulgado como o meio para se atingir a felicidade.

O modelo consumista, no qual se ancora esse estágio do capitalismo, é extremamente perverso. A questão ambiental se torna relevante devido à fúria com que o modelo vigente tem se lançado sobre a natureza, que é a base material para produzir a vida, alimento, abrigo, entre outros. Nossa sociedade, extremamente complexa, implementou um modelo de vida que demanda muito material, e a adoção desse modelo prevê uma visão utilitarista da natureza, para assegurar a base material sobre a qual construímos nossa existência.

Essa lógica reafirma uma contradição dentro do sistema capitalista, se não houver um freio ético e a voracidade com que o sistema se lança sobre a natureza não for revisto, o próprio capitalismo estaria em risco, pois sua base material deixaria de existir.

1.2. As Conferências Internacionais e a crítica ao modelo vigente

A análise da sociedade contemporânea nos remete a uma grande desigualdade entre os países e principalmente entre os povos, para além da lógica capitalista de um mercado em crescente expansão, impera a lógica da subordinação dos países do sul aos países do norte. Assim, assistimos a partir da década de 70, uma crescente articulação em nível mundial entre os países centrais e periféricos, discutindo entre outras coisas a questão ambiental.

A tônica da primeira grande Conferência Internacional sobre Meio Ambiente estava voltada para o projeto de alguns países do sul, de empreenderem sua industrialização e lotearem suas reservas naturais em favor do crescimento econômico, a grande discussão foi o binômio desenvolvimento econômico X conservação da natureza. Não por acaso uma das propostas surgidas desta conferência foi o de crescimento zero para os países periféricos a fim de que esses preservassem o meio ambiente.

Desde 1972, outros encontros internacionais ocorreram e as reflexões sobre o tema começam a ser alteradas. A partir de 1992 começa-se a olhar para os países periféricos a partir de uma perspectiva de acesso à biodiversidade, às informações contidas nos recursos biogênicos. Amplia-se o leque de abordagens em termos ambientais, discute-se a pobreza e a ausência de democracia como um fator de risco ao meio ambiente, propõe-se uma agenda de ação e principalmente, salienta-se a importância da educação no que diz respeito à conservação dos recursos naturais e à melhoria da qualidade de vida das populações marginalizadas.

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a sociedade contemporânea é analisada em suas contradições e principalmente na sua desigualdade. E no padrão de consumo, principalmente nas desigualdades de acesso aos bens de consumo e mais do que isso, ao acesso às condições mínimas de sobrevivência: água potável, saneamento, alimento, entre outros entre as populações do norte e do sul.

1.3. Crítica à visão mercantilista com relação à natureza

Ganha força nesse contexto a discussão sobre sustentabilidade e a manutenção da vida no planeta, que, segundo se previa, a manter-se o nível de predação atual, inviabilizaria a continuidade da própria vida. Grandes questões como: crescimento demográfico, pressão sobre os recursos, desmatamento, uso inadequado do solo, chuva ácida, emissão de gás carbônico, aquecimento global, buraco na camada de ozônio, entre outras coisas, apontam para a internacionalização da questão ambiental e não mais para o seu tratamento em nível local exclusivamente. Alguns autores apontam a necessidade de uma mudança de paradigma e para a necessidade do ser humano voltar a ter preponderância em relação ao mercado, apontam ainda os riscos que a miséria exacerbada representa para o planeta e criticam o descaso das classes mais favorecidas, que desperdiçam recursos, em nome de uma ostentação perniciosa e fútil.

Muitos autores criticam a visão mercantilista com relação à natureza, que, a despeito de todos os esforços dos movimentos ambientalistas, ainda não foi superada.

James O'Connor, por sua vez, questiona o sistema capitalista e suas práticas insustentáveis e questiona o próprio uso da palavra “sustentável”. Sugere algumas possibilidades: preservar o estado das coisas, manter o curso, prover de alimento e bebida ou de meios de vida, persistir sem ceder. (O'Connor 2002)

O autor alerta para o risco da incorporação do discurso verde pelo grande capital, usando essa estratégia como nova fonte de lucro e aponta para o risco de que sustentabilidade seja entendida como um meio de sustentar o curso da acumulação capitalista em escala global. Retoma a questão como de forte cunho político e questiona se o caminho é mesmo o capitalismo e não um socialismo verde.

Para o autor o capitalismo tende à crise, e à destruição.

“A economia mundial cria mais famintos, miseráveis e pobres; não se pode esperar que as massas de camponeses e trabalhadores suportem a crise indefinidamente e, como quer que se defina sustentabilidade, a natureza esta sendo atacada de todas as partes.” (O'Connor 2002, 29).

O'Connor alerta ainda sobre o comprometimento das posturas e das lutas ambientais devido ao discurso de crescimento e aponta para o descaso generalizado com relação à questão ambiental. O discurso de crescimento econômico se sobrepõe ao discurso em favor de práticas mais brandas com relação ao meio-ambiente. O autor denuncia até mesmo a atuação de ONG's ambientalistas, que declinam de sua vocação do discurso conservacionista para uma aceitação do discurso do crescimento econômico. (O'Connor 2002)

2. A relação homem/natureza

Embora o capitalismo tenha influenciado profundamente a relação homem/natureza e a propagação desse sistema para todos os cantos do planeta tenha alterado a tônica dessa relação nos rincões mais longínquos, contamos com a contribuição de importantes autores, que se propõe a entender essa relação, a partir de outras matrizes teóricas, que não as européias. Lipietz, por exemplo, afirma que “*os homens são parte da natureza, respiram-na e dela tiram sua alimentação*”, e nos alerta para que seja abolida a oposição entre natureza e cultura e conclama que nos interessemos mais pela “*complexidade do mundo vivo que pela oposição homem/natureza*”. Nesse sentido o autor afirma: “*Os homens e seu meio ambiente não param de se transformar mutuamente, sendo assim importante convencer-se de que ambos estão envolvidos em uma evolução interdependente (co-evolução).*” (Lipietz 2002, 19)

2.1. Crítica ao predomínio da visão ocidental na relação do homem com a natureza

Ainda sobre a revisão da relação homem – natureza, que ganha força a partir da Rio 92, as autores afirmam a necessidade de se conhecer mais profundamente grupos, que estabeleceram historicamente outro tipo de relação com a natureza. Para muitos desses autores², tem prevalecido a lógica de quem defende a idéia de natureza como capital natural o que nos remete à idéia de que a natureza é reserva de valor,

² Ver sobre isso, Vandana Shiva, Alain Lipietz, Guimarães entre outros.

mercadoria. Essa lógica que é a tônica da cultura ocidental, faz com que pareça natural o desejo de apropriação das belezas paisagísticas, a criação de unidades de conservação, que atende a uma lógica de distanciamento do homem da natureza.

Shiva assume uma crítica contundente a esse modelo e afirma que é a partir da expansão da cultura ocidental pelos diversos cantos do mundo, é que foi possível a discussão sobre o acesso à biodiversidade a partir da lógica dos grandes laboratórios, em detrimento do conhecimento tradicional e de uma prática de manejo da natureza muito mais branda e menos predatória que a atual, e que revestem essa mesma natureza de valores simbólicos, culturais e espirituais. (Shiva 2003)

A autora tece uma profunda crítica ao pensamento científico, transformado em verdade pelos centros de poder político e econômico, em detrimento dos “sistemas tradicionais de saber” das comunidades nativas do planeta. Segundo ela, esse saber científico é fragmentado e linear e, ao destruir as condições para a existência de alternativas, é comparável à monocultura introduzida na agricultura e na silvicultura, que elimina a diversidade de espécies. Ao tempo em que, segundo a ideologia dominante, os mecanismos tradicionais de produção não geram abundância e assim não atendem às exigências do mercado, para Shiva a uniformidade e a centralização dos mesmos tornam a humanidade vulnerável e propensa a entrar em colapso, tanto social como ecológico. (Shiva 2003)

2.2. A proximidade entre diversidade cultural e diversidade biológica

Para a autora, a diversidade cultural e a biológica estão unidas, o que é muito bem explicado na seguinte frase: “Os conhecimentos ecológicos profundos e sofisticados da biodiversidade originaram regras culturais para a preservação, que se refletem em noções de sacralidade e tabus” (Shiva 2003, 110). Daí uma relação com a natureza que se mostra mais propensa a não destruí-la, mas sim a nutri-la à medida que ela também nutre.

A autora salienta que, a chamada crise ecológica, ou seja, o risco de que não tenhamos matéria-prima para continuar o projeto de expansão da produção industrial, não significa simplesmente uma crise de fornecimento de matéria-prima industrial ou

tecnológica, a extinção da biodiversidade ameaça os próprios sistemas de sustentação da vida e destaca as principais ameaças à biodiversidade:

- Destruição do habitat por megaprojetos.
- Substituição da diversidade pela homogeneidade na silvicultura, agricultura, pesca e criação de animais, com a justificativa de maior produtividade.
- Causas secundárias, como pressão populacional, principalmente resultante do desalojamento provocado por megaprojetos. (Shiva 2003)

2.3. O olhar para a natureza a partir das Conferências Mundiais

Apesar das críticas que a Conferência do Meio Ambiente sofreu, ela inseriu em nível mundial uma agenda para que todas essas questões pudessem ser debatidas e principalmente reinseriu a discussão da natureza como base material para produzir a vida, alimento, abrigo, entre outros, e fomentou a discussão sobre o conceito de sustentabilidade e sua utilização no contexto ecológico. Com isso pretendia-se estabelecer um freio ético para a visão utilitarista com relação à natureza e assegurar a manutenção da base material sobre a qual construímos nossa existência.

Sobre isso, Alain Lipietz nos traz uma importante contribuição para refletirmos sobre a expansão sem fronteiras do progresso técnico, e os riscos que a falta de limites éticos, podem trazer para o ambiente e para a humanidade:

“Depois de Hiroshima, de Tchernobyl e dos buracos na camada de ozônio ou, mais recentemente, a crise da vaca louca, devemos avaliar as conseqüências de um progresso que já não se mostra nem linear, nem sem limites: o progresso técnico não é necessariamente sinônimo de emancipação humana e de melhorias do meio ambiente não se trata, no entanto, de rejeitar a noção de progresso nem de mergulhar em um `catastrofismo` antitécnico. Trata-se de dar o lugar certo ao progresso técnico, uma vez que não há razão para considerá-lo ‘naturalmente’ dotado de virtudes” (Lipietz 2002, 18)

3. A busca por um novo paradigma: racionalidade econômica X racionalidade ambiental

Em busca da retomada de valores éticos, Enrique Leff, tece uma importante crítica e alerta que, um dos maiores problemas do sistema econômico atual é o da mercantilização da natureza e atribui o agravamento da crise ambiental a dois fatores preponderantes: a pressão populacional sobre os limitados recursos da terra e a lógica do capital que prevê a maximização dos lucros e a exploração da natureza à exaustão, afetando as condições de regeneração dos ecossistemas naturais. (Leff 2001)

Suas análises e reflexões nos apresentam um binômio racionalidade econômica X racionalidade ambiental – sua proposta é que a racionalidade ambiental possa promover a retomada de valores éticos, morais e políticos com o intuito de se atingir o desenvolvimento sustentável. O autor salienta que essa nova racionalidade está em processo de construção e propõe a interdisciplinaridade como “método e prática para a produção de conhecimentos e para sua integração operativa e resolução dos cada vez mais complexos problemas do desenvolvimento, mas surge como pretensão de promover intercâmbios teóricos entre as ciências e de fundar novos objetos científicos.” (Leff 2001, 70)

O autor aponta a questão da democracia e da redemocratização do sistema como uma possibilidade de reversão do binômio - ordem econômica X ordem ambiental. Sobre a questão da redemocratização do sistema e da inserção dos excluídos nos processos decisórios, entendemos ser pertinente a análise do sociólogo Boaventura de Sousa Santos.

Sua análise sobre o atual estado das coisas e a relação entre a ordem econômica e outras ordens, remete à proposição de uma transição paradigmática do ponto de vista epistemológico, que significaria rever o papel da ciência e sua submissão ao capital. Para o autor, desde o século XIX, ela (a ciência) está a serviço do desenvolvimento capitalista. Para superar a crise paradigmática ela tem que

“recuperar sua autonomia, transformar o conhecimento de maneira a torná-lo menos elitista, mais ativo, mais envolvido nas questões de cidadania e menos dependente dos programas e das necessidades do capitalismo”. (Santos 2003, 336)

Há uma indicação de que a forma como se dará a transição epistemológica será revendo o processo de mercantilização da vida e dos bens, que antes não estavam sujeitos a esse valor: natureza, ética, cultura, entre outros.

Santos elenca os problemas fundamentais, hoje e que, continuarão a sê-lo, nas próximas décadas e amplia a gama apontada por Leff em seu texto. Apresenta novas questões: “problema da degradação ambiental, do aumento da população mundial e do agravamento das disparidades de bem-estar entre o centro e a periferia, tanto ao nível do sistema mundial, como ao nível de cada um dos Estados que o compõem” (Santos 2003, 319)

Uma importante reflexão trazida por esse autor diz respeito à utopia e à ousadia de se sonhar e reinventar os caminhos a serem trilhados rumo a uma nova ética, a novos valores e a uma nova dimensão do humano e da cultura.

O autor critica ainda a implantação do modelo neoliberal em grande parte dos países periféricos. Salienta que esse modelo tem causando um impacto negativo ao ambiente e à população ao impor a abertura das economias dos países do Sul, a subordinação e a perda de soberania, induzindo-os a práticas cada vez mais predatórias em relação à natureza e seus recursos. Para o autor essa lógica causa fortes impactos também em nível da sociedade com fortes perdas culturais e com o fortalecimento da prática das trocas desiguais, entre os países do norte e os do sul. (Santos 2003)

Na perspectiva de mudança de paradigma em relação a relação racionalidade econômica X racionalidade ambiental, Amartya Sen, questiona o discurso de crescimento e de desenvolvimento econômico, e aponta que esse discurso reduz as diversas esferas da vida à lógica econômica e aponta para a necessidade de se rever o conceito de desenvolvimento:

“... desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as possibilidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente (...). Se o ponto de partida da abordagem é identificar a liberdade como principal objetivo do desenvolvimento, o alcance da análise de políticas depende de

estabelecer os encadeamentos empíricos que tornam coerente e convincente o ponto de vista da liberdade como perspectiva norteadora do processo de desenvolvimento(...).” ou ainda “(...) o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdades: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (...)”. (Sen 2001, 22)

3.1. O risco da apropriação do discurso da sustentabilidade pelo sistema capitalista

O'Connor denuncia a postura dos países do sul, que, vendem o ambiente em nome do seu desenvolvimento, ou seja, tratam de forma secundária a questão ambiental ou os problemas ambientais decorrentes do uso intensivo e predatório dos recursos, com vistas a atrair capitais para seus países, pressionados que estão pelos serviços da dívida. Dando as costas para os problemas que afligem suas populações.

O autor critica o discurso de boa parte do movimento ambientalista, pois os grandes capitais se esforçam para mostrar uma faceta, ou uma imagem pública verde. Critica um discurso reformista, que a maior parte dos problemas seria resolvido com o auxílio da tecnologia, assim o capital se reinventaria a partir de um discurso de sustentabilidade da natureza. Neste sentido legitima-se o consumismo pelo discurso da reciclagem, ou seja, reproduz-se o sistema e reinventa-se o capitalismo.

O autor aponta que para assegurar as condições para a reprodução do Capitalismo é necessário adotar medidas que assegurem a própria sustentabilidade do capitalismo, uma vez que a forma de se relacionar com a natureza pode levar ao colapso a base material do sistema. Sua sugestão, seguindo a lógica de manutenção do sistema, prevê a adoção de um capitalismo sustentável, que em linhas gerais elevaria os impostos sobre o uso de matérias primas e sobre os bens de consumo que demandassem uma grande quantidade de recursos naturais ou empacotassem a natureza na sua elaboração ou descarte, tais como: automóveis, produtos de plástico, recipientes descartáveis e por outro lado, sobre os recursos naturais: petróleo, madeira, nitrogênio – isso tornaria vários produtos mais caros por outro lado, etiquetaria-se os

produtos de procedência comprovadamente ambientalmente correta. Salaria ainda a necessidade de se estabelecer uma política de subsídios a fontes alternativas de energia.

Sobre isso a autora Fátima Portilho nos traz uma excelente contribuição:

...” o apelo do ambientalismo original para reduzir os padrões de consumo vem se transformando numa falsa questão, seja pelo progresso tecnológico, seja pela modificação do consumo através do "consumo verde" ou, ainda, pelas novas formas de exercício da cidadania. Com a industrialização, a concentração populacional urbana e o incentivo ao consumo como características básicas da sociedade moderna, os problemas sociais e ambientais se agravam. No processo de "ecologização da sociedade", diversos segmentos sociais vão, aos poucos, inserindo-se no movimento ecológico, motivados por diferentes fatores, abrangendo diversidades ideológicas e partindo de diferentes lugares, com diferentes ideologias a orientar seus discursos e suas práticas. A partir da composição do movimento ecológico como através do consumo. O presente artigo procura destacar e relacionar dois importantes debates que surgiram na atualidade dentro dos meios ambientalizados: o embate entre a redução ou modificação do consumo e a possibilidade de uma democracia ecológica. Como questão central, procuramos discutir a possibilidade real de exercício da cidadania através do consumo seja ele "verde" ou não. Como conclusão inicial para esta análise, o consumo só seria verdadeiramente "verde" se permitisse uma interferência democrática nas políticas produtivas. (Portilho 2002, 2)

Para O'Connor desde o final de década de 70, os governantes do mundo têm sido ineptos a dirigir o desenvolvimento capitalista no sentido de melhorar as condições de vida e trabalho das pessoas, as cidades e o ambiente, e que esses governos estão preocupados demais em expandir o livre mercado e a divisão internacional do trabalho imaginando que o mercado e o neoliberalismo resolvam a crescente crise econômica. (O'Connor 2002).

O autor aponta como possibilidade política a congregação de diversos movimentos que atuavam de forma isolada e que hoje se aglutinam em torno de temas ligados à melhores condições de vida, paralelamente aponta para temas como o da justiça e igualdade social, combate ao racismo, como temas que de uma forma ou de outra

apontam para as contradições do capitalismo e que mais cedo ou mais tarde os movimentos sociais necessitarão se combinar em uma única e poderosa força democrática, que será capaz de reformar a economia, a política e a sociedade. (O'Connor 2002)

4. O desenvolvimento sustentável como um novo paradigma de desenvolvimento

A noção de desenvolvimento sustentável tem início no debate iniciado em 1972 em Estocolmo e consolidado 20 anos mais tarde no Rio de Janeiro. Ela nasce a partir da constatação de que o desenvolvimento econômico e o progresso tecno-científico não asseguram boas condições de vida para a grande maioria da população do planeta, além disso, a evolução tecnológica imprimiu um ritmo de exploração da natureza, muito maior do que ela poderia suportar, e que a continuar essa expropriação a vida no planeta estaria ameaçada.

A discussão tomou fôlego nos anos seguintes e o conceito de Desenvolvimento sustentável tem sido amplamente debatido. Alain Lipietz cita, em um recente trabalho, uma das formulações mais aceitas nos dias de hoje, e largamente empregada pelos Organismos internacionais, e principalmente pela ONU:

“Desenvolvimento sustentável é o que permite satisfazer as necessidades das gerações atuais, começando pelos mais carentes, sem comprometer as possibilidades de que gerações futuras também possam satisfazer suas necessidades.” (Lipietz 2002, 22)

Segundo o próprio Lipietz o conceito de desenvolvimento sustentável aceito entre grande parte dos ecologistas, traz em seu bojo duas idéias centrais: a idéia de duração dos recursos e de redistribuição, ou seja, de justiça social. Para muitos autores, a própria noção de governabilidade estaria sujeita nas possibilidades de superação da pobreza, da marginalização e da desigualdade. Reafirmam a necessidade da busca de um novo paradigma de desenvolvimento que,

“coloque o ser humano no centro do processo de desenvolvimento, que considere o crescimento econômico como um meio e não como um fim, que proteja as possibilidades de vida e as gerações atuais e futuras e por fim, que respeite a

integridade dos sistemas naturais e que permita a existência da vida no planeta³.” (Guimarães 2002, 59)

Henrique Rattner propõe que a discussão preveja a valorização do ser humano. Sua transformação em sujeito da história.

“Os impactos dramáticos do desenvolvimento desigual, aumentando o fosso entre ricos e pobres, ajudaram a lançar a reivindicação central de nosso tempo – direitos humanos – não como uma visão utópica ou idealista, mas como condição básica para a sobrevivência da sociedade e a sustentabilidade de suas instituições. Esse é o cerne de uma ética universal que transcenda todos os outros sistemas de crenças e valores, como síntese da consciência humana, ciente da preciosidade de todas as formas de vida e da necessidade de cooperação, solidariedade e interdependência. Essa ética é fundamentada em valores de alcance universal – a conquista do bem estar e da felicidade, através da liberdade (no sentido pregado por Amartya Sen). Ela se refere a um devir, uma visão do futuro da humanidade...” (Rattner 2003, 3)

É importante salientar que vários outros autores chamam a atenção para a importância de se rever a lógica da desigualdade. Sobre isso, Kitamura nos alerta:

“A noção de desenvolvimento deve tornar-se multidimensional, ultrapassar ou romper os esquemas não só econômicos, mas também civilizacionais e culturais do Ocidente que pretendem fixar seu sentido e suas normas. O desenvolvimento é uma finalidade, mas deve cessar de ser uma finalidade míope ou uma finalidade-terminus. A finalidade do desenvolvimento é ela própria subordinada à outras finalidades. Quais? Viver verdadeiramente. Melhor viver.” (Kitamura 1994, 18)

Considerações Finais

A discussão sobre o momento atual do capitalismo e o momento político e econômico mundial é fundamental para uma análise das perspectivas para se atingir o desenvolvimento sustentável.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, marca um outro momento político no mundo, vive-se o fim

³ Traduzido pela autora.

da Guerra Fria e a derrocada da URSS. A preocupação com o esgotamento dos recursos naturais do planeta dá visibilidade à questão ambiental em pauta. A discussão é ditada pela lógica da expansão do modo de produção capitalista com o fim da URSS, com a ampliação dos mercados e dos fluxos comerciais, definidos a partir das Instituições de Bretton Woods, ao final da 2ª Guerra Mundial, com o avanço dos meios de comunicação, com a desregulamentação dos mercados e pela difusão do “american-way-of-life”, essa situação apontava que teríamos, como subproduto à expansão das grandes empresas e o aumento da produção e do consumo, uma relação mais predatória com a natureza.

Nesse contexto surgem as discussões relacionadas à questão da sustentabilidade, que engloba redução da pobreza, das desigualdades sociais, promoção de justiça, respeito à alteridade, acesso à educação e saúde para todos, direito à condições de vida digna, manutenção da cultura, símbolos e valores dos diversos povos do planeta, segurança ambiental, democratização das esferas de tomadas de decisão, entre outras coisas.

O momento atual, ainda que marcado por conflitos e guerras, aponta para a perspectiva de um mundo plural e ambientalmente mais saudável, somam-se ao coro dos diversos povos afetados por catástrofes ambientais as vozes afinadas e uníssonas dos que acreditam em “Um outro mundo possível”. Os Fóruns Sociais estão aglutinando um número cada vez maior de pessoas, dispostas a lutar por um mundo “em que caibam todos os mundos”. Ousamos sonhar com a busca por um futuro reinventado a partir de uma prática verdadeiramente democrática no nosso cotidiano, a retomada da utopia que nos permitirá sonhar, imaginar e criar uma “racionalidade ambiental”, numa relação em que o ser humano se sinta verdadeiramente parte da natureza, distante de um modelo de desenvolvimento excludente e predatório, do modelo neoliberal e com a retomada do papel do Estado e da sociedade civil, definindo políticas públicas, e, finalmente o papel que cada um de nós deve assumir nessa reinvenção da política, e no fortalecimento de laços de solidariedade entre os povos.

Bibliografia

- Ab'Saber, Aziz Nacib. 1977. Potencialidades paisagísticas brasileiras. Boletim Geomorfologia, São Paulo: Instituto de Geografia da USP, n° 55,
- Albagli, Sarita. 1998. Geopolítica da biodiversidade. Brasília: IBAMA.
- Gonçalves, Carlos Walter P. 1998. Os (des)caminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto.
- Guimarães, Roberto P. 2002. La ética de la sustentabilidad y la formulación de políticas de desarrollo. En *Ecología política , naturaleza y utopia*, ed. Alimonda, Héctor (Compilador), 55-70. Buenos Aires: CLACSO
- Kitamura, Paulo Choji. 1994.. A Amazônia e o desenvolvimento sustentável. Brasília: EMBRA-SPI.
- Leff, Enrique. 2001. Saber Ambiental. Petrópolis: Vozes.
- Lipietz, Alain. 2002. A ecologia política, solução para a crise da instância política? En *Ecologia política , natureza y utopia*, ed. Alimonda Héctor. Buenos Aires: CLACSO.
- O'Connor, James. 2002. Es posible el capitalismo sostenible? En *Ecología política, naturaleza y utopia*, ed. Alimonda, Héctor. Buenos Aires: CLACSO.
- Portilho, Fátima. Consumo “verde”, democracia ecológica e cidadania: possibilidades de diálogo? Disponível em: (<http://www.rubedo.psc.br/Artigos/consumo.htm>). Acesso em: 05 de maio de 2004.
- Rattner, Henrique. 2003. Pelo Resgate da Utopia. São Paulo, dezembro de. Disponível em: www.abdl.org.br/rattner/inicio.htm. Acesso em 10 de outubro de 2005.
- Santos, Boaventura de S. 2003. Pela mão de Alice: o social e o política na pós-modernidade. 9^a. ed. São Paulo: Cortez,.
- SANTOS, Milton. 1988. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Nobel.
- . 1997. Pensando o Espaço do Homem. São Paulo: Hucitec.
- . 2000. Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record.
- Sen, Amartya. 2001. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras.

Shiva, Vandana. 2001. Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis: Vozes.

Vesentini, José William. 1992. Geografia, natureza e sociedade. 2^a. ed. São Paulo: Contexto.